

ENTRE LUTAS E AÇÕES: UM ESTUDO SOBRE A PARTICIPAÇÃO DOS COMUNISTAS NO MOVIMENTO DOS TRABALHADORES EM BELO HORIZONTE EM 1950

Camila Gonçalves Silva Figueiredo*

Resumo: Este artigo apresenta conclusões concernentes à pesquisa realizada para desenvolvimento da tese de doutorado. A nossa proposta consiste em analisar a participação dos membros do Partido Comunista Brasileiro do estado de Minas Gerais na realização das greves impetradas pelos trabalhadores das empresas Carris Urbanos e Companhia de Força e Luz, sediadas na cidade de Belo Horizonte. A partir do ano de 1950 os funcionários das referidas empresas impetraram movimentos grevistas com o objetivo de conquistar o abono de natal. As fontes utilizadas para desenvolvimento desta pesquisa consistem em boletins, informes e recortes de jornais que foram coletados no acervo do Departamento de Ordem Política e Social/DOPS que está sob custódia do Arquivo Público Mineiro, em Belo Horizonte.

Palavras Chave: trabalhadores, Partido Comunista Brasileiro, greves.

FIGHTS BETWEEN AND SHARES: A STUDY ON THE PARTICIPATION OF COMMUNISTS IN MOTION OF WORKERS IN BELO HORIZONTE IN 1950

Abstract: This paper presents findings relating to the survey conducted for development of the doctoral thesis. Our proposal is to analyze the participation of members of the Brazilian Communist state of Minas Gerais Party in carrying out strikes filed by workers of the Urban Rails companies and Power and Light Company, based in the city of Belo Horizonte. From the year 1950 employees of these companies filed strike movements aiming to conquer the Christmas allowance. The sources used for development of this research consist of newsletters, reports and newspaper clippings that were collected in the collection of the Department of Political and Social Order / DOPS which is under the custody of the Public Archive Mineiro in Belo Horizonte.

Keywords: workers, Brazilian Communist Party, strikes.

* Doutoranda do Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora. Bolsista Capes. Contato: cgoncalvesfigueiredo@gmail.com

Introdução

Em razão da participação ativa do Partido Comunista Brasileiro/PCB na trajetória do movimento operário no Brasil nos deparamos com significativos trabalhos que detém análises sobre a contribuição dos pecebistas¹ para a criação de sindicatos e para o estímulo a realização de greves em variados períodos da história. Estas produções se dedicam ora a compreensão da trajetória histórica da agremiação no Brasil, ora enfocam as análises sobre a influência do partido em distintos movimentos de esquerda, como as ligas camponesas, os sindicatos ou as associações.

O historiador Augusto César Buonicore em "Sindicalismo vermelho: a política sindical do PCB entre 1948 a 1952²" assevera que o recorte temporal delineado para o desenvolvimento da sua pesquisa é um dos contextos tidos como 'obscuros' na trajetória do sindicalismo no Brasil. Isto porque, são raras as produções que se dedicaram ao estudo das ações sindicais por considerarem o final da década de 1940 e início dos anos 1950 como um momento pouco relevante para a trajetória do sindicalismo brasileiro e, igualmente para o próprio PCB. As obras geralmente fazem uma avaliação sucinta e consideram o trabalho tanto dos comunistas quanto dos trabalhadores e sindicalistas neste período como pouco relevante.

Para Buonicore a historiografia prossegue com este posicionamento porque acaba por endossar a autocrítica feita pelos vários movimentos de esquerda, dentre os quais o PCB sobre o trabalho desenvolvido neste período. No tocante ao PCB, averiguamos que a afirmação do autor tem embasamento. Em Minas Gerais, a partir de meados da década de 1940, o comitê estadual realizou densa autocrítica sobre a sua atuação em todo o estado e considerou como pouco produtiva e deficitária. Assim os dirigentes estaduais em consonância as definições dos dirigentes nacionais promoveram

¹ Utilizaremos o termo 'pecebistas' no decurso do texto para denominar os membros do Partido Comunista Brasileiro.

² BUONICORE, Augusto César. *Sindicalismo vermelho: a política sindical do PCB entre 1948 a 1952*. Dissertação (mestrado). Departamento de Ciência Política do IFCH-UNICAMP. São Paulo, 1996.

o planejamento relativo à reestruturação da estrutura orgânica do partido. As principais medidas adotadas foram a ampliação do contato com os trabalhadores no estado a fim de ampliar as fileiras da agremiação. Além disso, era de interesse do partido, ao articular com este segmento, fomentar a transformação da classe trabalhadora. Para o PCB as mudanças sociais apenas ocorreriam através da organização das massas trabalhadoras. Em virtude desse aspecto, o PCB se auto proclamava como único partido capaz de orientar e organizar as massas. O processo de reestruturação do PCB em Minas Gerais foi executado a partir de 1945, sendo que a agremiação foi responsável por influenciar diretamente na eclosão de dezenas de movimentos grevistas, tanto capital quanto no interior do estado, no decurso da década de 1950.

Ademais, em relação as rarefeitas procurações sobre os anos de 1945 a década de 1950, em âmbito nacional são vários os fatores que tendem frequentemente a impulsionar historiadores a considerarem o período de 1945 a 1952 como de baixo rendimento do PCB junto às classes trabalhadoras. De maneira sucinta Buonicore faz menção a estes fatores que contribuíram para que esta concepção fosse facilmente absorvida e difundida. Dentre eles, podemos citar a saída de Getúlio Vargas do cenário político, devido a sua morte inesperada, o suicídio. Isso porque o PCB concedeu apoio ao governo de Vargas no intuito de consolidar o projeto de união nacional recebeu em contrapartida a possibilidade de participação, mesmo que moderada, das classes trabalhadoras e obteve registro eleitoral em 1945. Com a saída de Vargas e inserção do presidente Eurico Gaspar Dutra, o PCB enfrentou a cassação do registro eleitoral em 1947 e a intensificação da repressão aos movimentos grevistas e aos sindicatos:

A conseqüência foi a exclusão, mais ou menos violenta, das massas urbanas, especialmente a classe operária, do jogo político, ainda que esta participação estivesse se dando de maneira subordinada. A tentativa de incorporação desses setores populares, implementada por Vargas, foi abruptamente interrompida pelo seu sucessor, com as intervenções nos sindicatos mais ativos, com o fechamento das organizações intersindicais paralelas, Movimento Unificador dos Trabalhadores - MUT e Confederação dos Trabalhadores do Brasil - CTBA adesão do conjunto das classes proprietárias brasileiras, inclusive a burguesia industrial, à política antioperária de Dutra, com o seu apoio ativo à cassação da legalidade do partido e de seus parlamentares, levou os comunistas a afastarem qualquer possibilidade de

restabelecimento da consigna de “união nacional”, por eles defendida entre os anos de 1945 e 1946.³

Mediante a eclosão dessa conjuntura desfavorável para a agremiação, no qual ainda podemos fazer menção ao contexto da Guerra Fria, que foi responsável por fomentar a expansão das ações anticomunistas em todo o território nacional, é possível assegurar que o PCB vivenciou o monitoramento e a repressão de modo mais enérgico. Este panorama impossibilitou a consolidação do projeto 'união nacional' que o PCB apregou nos anos de 1945 a 1946 em consonância ao apoio concedido a Vargas. De maneira resumida, o projeto de 'união nacional' previa o controle as manifestações sociais, mediante a atuação do PCB, trata-se do contexto em que o partido buscava 'equilibrar-se' em meio a uma conjuntura instável a fim de retornar a legalidade política. Entretanto, apesar dos aspectos desfavoráveis, Buonicore demonstra que houve a continuidade do trabalho dos comunistas entre a classe trabalhadora, não apenas constituindo organizações paralelas as oficiais, mas simultaneamente introduzindo elementos na direção dos sindicatos de diversas categorias profissionais. Para ele, os pesquisadores geralmente utilizam dessa conjuntura como argumento de autoridade para dizer que a agremiação não teve um bom desempenho e visibilidade, mas as pesquisas não examinam a dinâmica de atuação do PCB de maneira aprofundada.

Assim como Buonicore desenvolve em sua pesquisa, neste estudo intentamos demonstrar que, muito embora a ocorrência de inúmeros fatores que corroboraram para endossar a concepção de que o PCB teve rarefeita atuação entre as classes trabalhadoras urbanas nas décadas de 1940 e 1950, a agremiação prosseguiu promovendo a articulação com este segmento nestes períodos. Consideramos que é necessário um exame aprofundado para averiguar quais foram às estratégias adotadas pelo partido no sentido de influenciar e participar das ingerências dos trabalhadores apesar da conjuntura desfavorável. Para Buonicore a autocrítica feita pelo PCB a respeito da limitada atuação política foi importante para o estabelecimento de táticas que foram

³BUONICORE, Augusto César. *Sindicalismo vermelho: a política sindical do PCB entre 1948 a 1952*. Dissertação (mestrado). Departamento de Ciência Política do IFCH-UNICAMP. São Paulo, 1996. p.50.

determinantes para a manutenção da existência da agremiação em face da repressão e da clandestinidade. E, não ao contrário, ou seja, a partir do retorno a ilegalidade a agremiação passa pelo declínio, como se tem afirmado de modo recorrente em trabalhos tradicionais da historiografia que examinam o papel do PCB na trajetória do movimento operário brasileiro.

Nesta perspectiva temos no trabalho de Francisco Weffort a principal referência de estudos que consideram o papel do PCB entre as classes trabalhadoras nas décadas de 1940 e 1950 como insipientes. Em sua concepção o movimento sindicalista na década de 1940 é recente na história do Brasil e apenas adquiriu maior relevo a partir de meados da década de 1950. Ainda sim, o autor expõe que, apesar de alçar em alguns momentos experiências mais expressivas entre os trabalhadores o PCB não conseguiu obter relevância contínua ao longo da sua trajetória de interação entre os trabalhadores. Assim, Weffort afirma que no início dos anos cinquenta, período em que para ele a atuação dos comunistas entre os segmentos de trabalhadores tornou-se mais efetiva, pode ser caracterizada como uma posição subordinada à política nacionalista e, na esfera sindical atuou em organizações paralelas as oficiais, conforme em suas palavras:

(...) no plano da organização, caracteriza-se por uma estrutura dual em que as chamadas 'organizações paralelas', formadas por iniciativa da esquerda, passam a servir de complemento à estrutura sindical oficial, inspirada no corporativismo fascista como um apêndice da estrutura do Estado; no plano político, subordina-se às vicissitudes da aliança formada pela esquerda com Goulart e outros populistas fiéis a tradição de Vargas. O **sindicalismo populista** atingirá o ponto máximo de seu desenvolvimento nos anos 60 na linha de uma aproximação e subordinação crescentes ao regime populista.⁴

Como destacamos na citação, para o autor o que existiu nos anos cinquenta foi a formação de um sindicalismo populista que se manteve até os primeiros anos década de 1960, declinando rapidamente com o golpe de 1964. Conforme Weffort a classe trabalhadora foi um alicerce importante para a política de Getúlio Vargas desde a década de 1930. Vargas empregou práticas políticas que fomentaram a relação direta

⁴WEFFORT, Francisco. *Origens do sindicalismo populista no Brasil*. Comunicação apresentada ao Seminário sobre 'Movimentos Laboraeses América Latina'. México, 1972. p.02

com as massas trabalhadoras no intuito angariar apoio destas, tendo como saldo o seu fortalecimento político. Houve na concepção de Weffort, uma relação 'paternalista' entre Vargas e as massas trabalhadoras, sobretudo, através da criação de leis e decretos relacionados ao salário mínimo. Estes elementos foram fundamentais para a constituição do regime populista brasileiro, em que os trabalhadores sempre estiveram em uma posição subordinada ao governo vigente. Nesse ínterim a aliança entre Vargas e PCB foi mais significativa para o presidente, pois o partido buscava a legitimidade política, mas em troca trabalhou no intuito de controlar as manifestações dos trabalhadores. A meta tornou-se a manutenção da tranquilidade nacional e a constituição da linha política do partido voltada para a união nacional em torno do governo.

Posto dessa forma Weffort analisa a experiência do movimento sindical brasileiro nos anos de 1945 e 1946. Uma das dificuldades apontadas pelo autor para a constituição de um movimento sindical fortalecido era a ausência de 'tradição de classe', em grosso modo devido à demora para efetivar o processo de modernização e industrialização da economia. Para ele o movimento operário neste período se apresenta desarticulado e pouco eficiente. O autor delinea outros argumentos para reforçar seu entendimento a respeito do sindicalismo brasileiro em 1945, como a concepção de que o partido não estava muito interessado em ampliar as atividades sindicais e sim focado na ampliação de sua projeção política, muito embora tenha se auto proclamado representante da classe trabalhadora no país.

Apenas com a criação do Movimento Sindical Unificado/MUT em 1945, organização que surge com o objetivo de promover a liberdade de reivindicação sindical, é que o PCB introduziu importantes lideranças na composição da sua estrutura orgânica deste órgão. Mesmo assim, Weffort relativiza a participação do PCB nas ingerências sindicais no MUT ao afirmar que mediante a aliança feita com Vargas o partido não demonstrou interesse em efetivar trabalho ativo entre a classe trabalhadora, assim a atuação nos sindicatos consistiu basicamente no controle das reivindicações. O autor alega ainda que a partir de 1945 os pecebistas passaram a agir trabalhando de maneira assistencialista:



Este era, pois, um novo ponto de coincidência entre os interesses políticos do governo e do PC que nestes anos definia para a classe operária, e em nome da democracia, uma política de 'apertar o cinto'. Nessa linha, os comunistas faziam com frequência proclamações contra as greves e evitavam-nas tanto quanto possível, buscando sempre resolver os conflitos salariais através de apelos dirigidos diretamente ao governo. Em um ambiente democrático e organizado através de um partido, os comunistas eram certamente mais eficazes que os 'pelegos'.⁵

O presente estudo não corrobora das concepções de Weffort acerca do desempenho do PCB entre as classes trabalhadoras urbanas no período correspondente as décadas de 1940 e 1950. Para nós, o autor apresenta conclusões generalizadas acerca da influencia dos comunistas entre os trabalhadores ao não considerar a heterogeneidade das relações do cotidiano como fundamentais para o entendimento das interações de ambos os segmentos. Ademais, Weffort apresenta suas conclusões para âmbito nacional baseado apenas na performance política do PCB. O pesquisador não considera a diversidade da dinâmica interna do partido nos vários estados do país, nem tão pouco examina em que medida as discordâncias internas acerca dos rumos da agremiação podem ter estimulado ações distintas de acordo com cada estado ou, inclusive conforme cada localidade. No transcorrer do seu trabalho encontramos rarefeitas menções sobre existência de contradições internas originárias das decisões políticas adotadas no cotidiano pelo partido, a não ser quando o autor aborda o processo de cisão que ocorreu no início dos anos sessenta.

Salientamos como primordial para entender as relações do PCB com os trabalhadores a concepção de que a articulação não foi homogênea, mas um processo em que houve divergências e dificuldades para efetivação. Além disso, precisamos considerar que os posicionamentos políticos adotados pelos dirigentes nacionais nem sempre foram aceitos de maneira homogênea em todas as instâncias da agremiação, nem por todos os militantes. De igual modo, é preciso ir além das afirmações de que o PCB, em termos políticos, meramente seguiu as orientações para manter a 'ordem e tranquilidade', haja vista que, tal assertiva impossibilita a compreensão aprofundada

⁵WEFFORT, Francisco. *Origens do sindicalismo populista no Brasil*. Comunicação apresentada ao Seminário sobre 'Movimentos Laboraeses em América Latina'. México, 1972. p.02 p.21

sobre a dinâmica interna e externa do partido ao fornecer somente conclusões gerais acerca do partido. Não desconsideramos que o contexto desfavorável tenha influenciado na redução das ações do partido, mas isso não significa que o PCB tenha sucumbido de modo generalizado as ingerências contextuais.

A nossa pesquisa segue a perspectiva analítica adotada pelo pesquisador Marco Aurélio Santana em "Homens partidos: comunistas e sindicatos no Brasil", esta obra analisa a articulação e atuação do Partido Comunista Brasileiro com o movimento sindical no período de 1945 a 1992. O autor parte da premissa de que o PCB munido do interesse em adentrar no cenário político brasileiro atuou ativamente no meio sindical, muito embora tenha vivenciado ao longo da sua trajetória partidária períodos de ilegalidade e perseguição política.⁶ Santana assegura que o processo de inserção no movimento dos trabalhadores não foi homogêneo, houve resistências internas e pressões entre a organização:

A implantação das linhas políticas pelo partido não se deu, portanto, de forma lisa e direta; antes, se realizou de forma negociada e perpassada por uma série de condicionantes tais como: o cenário político geral e o quadro de alianças e competição travadas pelo partido dentro e fora do meio sindical, bem como as resistências estabelecidas pelos trabalhadores e/ou pela própria militância comunista, que chegou a gerar na prática, a existência do que se chamou dois PCs.⁷

Na citação anterior vemos o posicionamento do autor a respeito da necessidade de avaliar os condicionamentos que interferem na dinâmica do partido. Ou seja, é preciso considerar a heterogeneidade das relações entre militantes, trabalhadores e dirigentes. Marco Aurélio Santana aponta que através da sua obra procura demonstrar que os membros do PCB, bem como o movimento sindical, não estiveram submissos a conjuntura política brasileira, nem tão pouco foram vítimas ou heróis. Mas, busca compreender como a inserção de integrantes do partido no movimento sindical ampliou o número de adeptos e também se tornou peça importante não apenas na trajetória dos trabalhadores, mas para a história de lutas políticas de ambos os segmentos no Brasil.

⁶SANTANA, Marco Aurélio. *Homens partidos: comunistas e sindicatos no Brasil*. São Paulo, 2001.

⁷SANTANA, Marco Aurélio. *Homens partidos: comunistas e sindicatos no Brasil*. São Paulo, 2001. p.21

Entender essa relação é o foco da análise do autor, ou seja, papel do PCB no cenário político e sua atuação no movimento dos trabalhadores.

Santana não desconsidera o fato de que apesar de ganhar certo relevo político, a bancada do PCB enfrentou sérias dificuldades em tornar seus interesses concretos durante o Governo Dutra. Neste período o governo conseguiu a aprovação do Decreto lei número 9070⁸ que coibia o direito à greve, sendo apenas permitida em caso de exaustão total dos meios legais para conseguir direitos fundamentais. Além disso, o PCB, apesar de isolado politicamente, tentou aprovar emendas que garantiam o direito à greve, bem como o direito a organização sindical. Sobre este aspecto, o autor faz críticas às análises realizadas por Weffort, pois para ele, o autor não examinou de maneira arraigada todo esse processo de atuação do PCB no cenário político, apenas optou por ver o resultado final das suas ações. Deste modo, em vários momentos da obra de Weffort o partido bem como o movimento operário e sindical aparece como inertes, ou seguindo apenas a cartilha da “ordem e da tranquilidade”. Seguiu, mas também procurou avançar: “O que fica patente na participação comunista é que, apesar das consecutivas derrotas e ‘deslizamentos’ de posições, o PCB e sua banca puderam usar o espaço parlamentar para defender o movimento dos trabalhadores.”⁹

Evidenciaremos nesta pesquisa a concepção de Santana no que se refere à necessidade de analisar o PCB não somente pelo viés dos resultados finais do seu trabalho político, frequentemente considerado nacionalmente como pouco efetivo. O nosso enfoque consiste na investigação da complexidade das relações do PCB entre os trabalhadores para além das suas concepções teóricas, mas com o intuito de entender como foram exercidas na prática suas ações cotidianas: "em relação aos partidos políticos, uma coisa são as crenças; outra bem diferente, as necessidades práticas."¹⁰ Consideramos que a nossa escolha reflete uma perspectiva pertinente para entender quais foram os obstáculos que, por ventura foram superados ou não, para com isso entender melhor a dinâmica de relação de trabalhadores e comunistas.

⁸ BRASIL, Decreto Lei nº 9.070. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del9070.htm > acesso em abril de 2015.

⁹SANTANA, Marco Aurélio. *Homens partidos: comunistas e sindicatos no Brasil*. São Paulo, 2001. p.54

¹⁰SANTANA, Marco Aurélio. *Homens partidos: comunistas e sindicatos no Brasil*. São Paulo, 2001. p.24

A obra de Santana recebe influencia dos estudos de Edward P.Thompson¹¹, historiador britânico que desenvolveu diversas pesquisas sobre as experiências dos trabalhadores ingleses. Thompson contribuiu para a renovação dos estudos da História Social, sobretudo ao mostrar a necessidade de pensar no processo pelo qual o proletariado realiza seus movimentos, através da percepção das suas origens e constituição como elementos propulsores para as análises. Além disso, em suas obras, o autor reforça a necessidade de compreender a maneira pela qual os trabalhadores participam dos processos sociais, isto é, a dinâmica das relações dos sujeitos comuns que estabelecem as lutas cotidianas.

Mediante essas considerações, salientamos que, neste artigo apresentamos a experiência de infiltração de comunistas entre os trabalhadores das empresas Carris Urbanos e da Companhia de Força e Luz, ambas sediadas na cidade de Belo Horizonte. O nosso objetivo consiste em compreender como foi feito o processo de articulação entre os membros do PCB e os trabalhadores, bem como quais as estratégias utilizadas para estabelecer esta relação. Para isso, acompanhamos o movimento realizado por estes trabalhadores em 1950. As fontes utilizadas para o desenvolvimento das nossas análises foram coletadas no acervo do Departamento de Ordem Política e Social-DOPS de Minas Gerais, principal órgão responsável pelo monitoramento das ações das esquerdas no estado. Boletins, relatórios de monitoramento e exemplares de jornais que foram apreendidos pelos agentes do DOPS puderam subsidiar a realização deste estudo.

Carris Urbanos e trabalhadores da Companhia de Força e Luz - Greves e infiltração comunista

Como mencionamos neste artigo, a nossa proposta consiste em analisar as greves realizadas pelos trabalhadores da Companhia de Força e Luz de Minas Gerais, que contaram com a participação de indivíduos ligados ao Partido Comunista Brasileiro. As greves analisadas neste artigo eclodiram no início dos anos de 1950, em Belo

¹¹THOMPSON, E. P. *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*.orgs LUIGI, A.; SILVA, S. São Paulo: UNICAMP, 2001.

Horizonte. A Companhia de Força e Luz de Minas Gerais foi criada em 1946, com a finalidade de fornecer energia para as empresas de bondes das cidades de Belo Horizonte, Santa Bárbara e Itabirito. Discorremos paralelamente neste artigo a respeito da interação dos comunistas com os funcionários da empresa Carris Urbanos¹², responsável pelo funcionamento dos bondes em Belo Horizonte. Em Minas Gerais os comunistas objetivaram introduzir elementos nos setores que interferiam diretamente nas questões econômicas da capital. Em virtude deste aspecto, a articulação com os trabalhadores dos bondes foi significativa, haja vista a relevância deste meio de locomoção para deslocamento da população. Ademais, a Companhia de Força e Luz e a Carris Urbanos operavam em consonância, em virtude de a primeira ser responsável pelo fornecimento de energia para o funcionamento da segunda. Nesse sentido, a interação entre os funcionários de ambas as empresas no transcurso do movimento grevista foi efetuada diante da existência de objetivos comuns e da própria interação entre a Companhia Força e Luz e a Carris Urbanos.

A principal reivindicação do movimento consistiu no interesse em obter o abono de natal. A partir de 1949 a União passou a garantir este benefício aos funcionários públicos: "O abono será concedido a todo servidor público federal, civil ou militar, inclusive o do Poder Judiciário e do Legislativo, bem como aos inativos e pensionistas."¹³ O abono de natal representava para os trabalhadores o recebimento de uma gratificação juntamente com o salário do último mês do ano, sendo correspondente ao que conhecemos como 13º salário. Todavia, trabalhadores de alguns segmentos não foram beneficiados, apesar de serem vinculados ao serviço público. Esta foi a situação dos ferroviários mineiros que, também em 1950 efetuaram diversas greves reivindicando este benefício. Diversos segmentos de trabalhadores ligados as empresas estatais mineras passaram a organizar movimentos no intuito de conquistar o abono de natal. Este é o exemplo dos funcionários das empresas Carris Urbanos e da Companhia

¹²No desenvolvimento desta pesquisa não identificamos, nos registros disponíveis, dados sobre origem da empresa Carris Urbanos em Belo Horizonte.

¹³BRASIL, Governo Federal. LEI Nº 974, DE 17 DE DEZEMBRO DE 1949. Concede abono de natal aos servidores da União. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1930-1949/L0974.htm > acesso em janeiro de 2015.

de Força e Luz. De acordo com os registros consultados, cresceu vertiginosamente o anseio para que este benefício se estendesse a todos os trabalhadores do estado de Minas Gerais. Os comunistas incorporaram esta demanda em seu discurso de ações e concederam apoio a esta causa, como uma oportunidade estratégica para impulsionar a efetivação da articulação junto aos trabalhadores da capital. Ao mesmo tempo, era conveniente esta articulação em razão da aspiração pelo aumento quantitativo de filiados ao partido.

Alcançar o benefício do abono de natal foi a demanda central das greves dos funcionários das empresas Companhia de Força e Luz de Minas Gerais e a Carris Urbanos no início do ano de 1950¹⁴. Nos registros analisados, também encontramos indicações sobre o interesse em torno do aumento do salário, todavia, como demanda complementar. De todo modo, houve articulação entre os empregados de ambas as empresas no transcorrer da greve. Os trabalhadores das empresas que tinham ligação com o PCB da capital atuaram diretamente no estímulo a realização deste movimento.

Uma das estratégias utilizadas para estabelecer o intercâmbio de informações entre os membros do PCB e os eletricitários da Companhia de Força e Luz foi distribuição de boletins e panfletos. Estes recursos foram fundamentais para que os trabalhadores de ambas as empresas pudessem se comunicar. A identificação destes registros foi significativa para esta pesquisa, sobretudo, compreender as razões pelas quais a greve foi iniciada, bem como para entender os rumos e ações do movimento. Este é o caso do boletim veiculado entre os trabalhadores da Companhia de Força e Luz de Minas Gerais, em maio de 1950, do qual faremos menção adiante. Este boletim insufla os trabalhadores da Companhia Força e Luz a solidarizarem ao movimento dos ferroviários de Minas Gerais, que também tinham como objetivo a conquista pelo abono de natal. O boletim fornece orientações aos trabalhadores a aderirem à greve, a fim de fortalecê-la. Os eletricitários, igualmente, vêem nesta ação a possibilidade de influenciar outras categorias, conforme destacamos no fragmento a seguir:

¹⁴A documentação consultada para desenvolvimento dessas análises aglutina documentos de ambas as empresas em uma mesma pasta, sobretudo, em razão da articulação do funcionamento entre ambas.

Companheiros da Força e Luz

Os trabalhadores da Estrada de Ferro Central do Brasil entraram hoje em greve!

Apelam para essa poderosa arma de luta depois de sofrerem toda a sorte de traições por parte do governo Dutra, do Ministro do Trabalho e dos "pelêgos" que estão à testa dos sindicatos. O motivo dessa greve é a negativa por parte da Estrada do pagamento do ABONO DE NATAL que aqueles trabalhadores contavam como certo a fim de com esse dinheiro comprar gêneros de primeira necessidade. (...)

Companheiros da Força e Luz!

A luta dos grevista da Estrada de Ferro Central do Brasil é a mesma luta de vocês. É em resumo a luta de toda a classe operária que não quer morrer de fome e viver ludibriada e explorada impiedosamente pela camarilha de patrões gananciosos de super-lucros. Por isto, é um dever de vocês, ajudá-los nessa luta grevista contra a forma e a miséria. (...) **O exemplo de vocês poderá ser imitado por trabalhadores de outras empresas deste ou de outros municípios ou Estados, que em solidariedade desencadearão ao mesmo tempo em que lutarão pelo ABONO DE NATAL!**

(...)

PARA FRENTE COMPANHEIROS!

PELA CONQUISTA DO ABONO DE NATAL!

PELA SOLIDARIEDADE AOS VOSSOS IRMÃOS FERROVIÁRIOS!

PELA UNIÃO DA CLASSE OPERÁRIA!

TODOS À GREVE!¹⁵ (grifo nosso)

Assim como no exemplo da greve dos ferroviários, o movimento realizado pelos funcionários da Companhia Força e Luz teve seu início no começo de 1950, quando foram criadas comissões para organização de greves. Estas comissões foram constituídas no sentido de promover reivindicações pelo abono de natal. Nesse sentido, o estímulo à união das classes possibilitaria a robustez do movimento. Em panfleto veiculado em janeiro do referido ano, identificamos que esta pauta estava presente nos objetivos dos eletricitários, conforme podemos verificar no trecho do panfleto adiante:

Manifesto dos Trabalhadores da Força e Luz

Nós os trabalhadores da Força e Luz estamos empenhados na luta por ABONO DE NATAL que é um direito nosso, o pagamento do abono, já discutimos o abono no sindicato e o mesmo foi aprovado por todos nós, e dessa assembléia deliberamos que o sindicato tomasse providencias para o pagamento do abono em 15 dias. Até hoje não recebemos resposta nem do

¹⁵Pasta 5132, imagem 13. Companhia de Força e Luz de Minas Gerais - infiltração comunista. Fundo documental: Departamento de Ordem Política e Social - DOPS. Arquivo Público Mineiro. Disponível em: < <http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/dops/brtacervo.php?cid=5132> > acesso em janeiro de 2015.

sindicato nem dos patrões, porque confiamos no sindicato enves de termos organizados e unido em comissões e subcomissões indo exigir dos patrões o pagamento do abono para melhorar um pouco nosso padrão de vida. (...) Todo apoio a greve dos ferroviários da central. Viva os heróicos ferroviários. (...) A comissão.

Neste panfleto, que foi distribuído entre os funcionários da Força e luz, averiguamos ainda o anseio pelo pagamento do abono em caráter retroativo, ou seja, o valor que não foi pago no final de 1949. Os trabalhadores apresentaram em seu discurso a concepção de que o abono é um direito de todos, e não fazem menção ao fato de que, em termos legais, a União apenas conferiu a obrigatoriedade quanto ao pagamento aos funcionários públicos federais, mas não faz menção aos funcionários estaduais: "Mas, queremos o abono porque é um direito nosso. Direito nosso e de todos os trabalhadores de Belo Horizonte."¹⁶

A interferência dos comunistas em meio aos trabalhadores da Companhia de Força e Luz teve seu início a partir de meados de dos anos 40, juntamente com a fundação da empresa. Compreendemos que a inserção dos comunistas nestas categorias profissionais cumpriu a aplicabilidade das concepções teóricas e ideológicas definidas no processo reestruturação orgânica do PCB iniciadas a partir de meados da década de 1940 e durante os anos de 1950. A orientação para expandir as ações em vários segmentos de trabalhadores no estado mineiro foi cumprida. De acordo com os documentos do PCB mineiro, esta foi uma das principais orientações repassadas pelo Comitê Central aos filiados em todo o estado. Ademais verificamos que, ao longo do decurso da década de 1950 o papel dos comunistas nas ações com vistas na mobilização de várias categorias foi significativo para o fortalecimento das demandas.

Identificamos dezenas de documentos que comprovam a participação dos comunistas na condução de várias greves dos trabalhadores da Companhia de Força e Luz desde 1946. Existem inclusive inquéritos policiais instaurados com o intuito de identificar quais funcionários eram filiados ao PCB. Mesmo após ser posto à ilegalidade política, a agremiação ainda contava com muitos trabalhadores da capital continuaram filiados. Para exemplificar, podemos fazer menção ao inquérito instaurado pela Chefia

¹⁶*Idem.*

de Polícia do estado de Minas Gerais, em 1946, que ao interrogar engenheiro Celso Cardão, que confirmou a existências de funcionários filiados ao PCB e que, estes eram os principais responsáveis pela incitação a realização de greves. A meta era alcançar melhorias salariais:

(...) vem o perguntado notando, no seio dos operários da organização de que é funcionário, um ambiente de descontentamento; não tendo, entretanto, elemento para informar à autoridade as razões desse descontentamento; que entre os referidos funcionários, há elementos declaradamente comunistas, pelo menos, tem chegado ao conhecimento dos diretores da Cia Força e Luz que algum funcionários comentam na Praça Sete, pertencerem ao Partido Comunista (...) que por ouvir dizer, o respondente comunica a autoridade que alguns elementos da mencionada companhia estão a fazer irromper uma greve na empresa em que trabalham, visando a majoração dos vencimentos (...).¹⁷

As informações obtidas durante o interrogatório feito com o engenheiro Celso Cardão foram confirmadas. Ao longo de 1946 os funcionários da Companhia realizaram várias greves com a finalidade de conquistar aumento salarial. Nesse sentido, a participação do PCB nas greves da referida empresa em 1950 são consequência de um processo paulatino de introdução de membros do partido enquanto funcionários desde meados da década de 1940. Em 1946 as reivindicações pelo aumento dos salários foram alcançadas. Todavia, outras paralisações foram realizadas nos anos seguintes com vistas ao recebimento de salários atrasados, bem como pela reposição das perdas salariais.

Não obstante, como já afirmamos, as greves de 1950 tiveram como cerne o recebimento do abono de natal. A repercussão do movimento dos ferroviários também impulsionou os funcionários da Força e Luz a reivindicarem este benefício. Em consonância, farta parcela dos panfletos e boletins comunistas distribuídos entre os trabalhadores fazem menção a necessidade de unificar a demanda pelo abono juntamente com outras classes, no sentido de fortalecer os movimentos e fazer uma maior pressão junto ao empresariado. A unificação foi feita com os funcionários da empresa Carris Urbanos.

¹⁷ Pasta 5132, imagens 130 e 131. Companhia de Força e Luz de Minas Gerais - infiltração comunista. Fundo documental: Departamento de Ordem Política e Social - DOPS. Arquivo Público Mineiro. Disponível em: < <http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/dops/brtacervo.php?cid=5132> >

A cobrança pelo recebimento do abono de natal também foi uma requisição dos trabalhadores da empresa Carris Urbanos da capital em 1950. Cabe retomar o que dissemos anteriormente, ou seja, que de certa maneira, a Companhia de Força e Luz e a Companhia de Bondes da capital eram empresas que possuíam relações contíguas. Isso porque, a Companhia Força e Luz foi criada, sobretudo, para fornecer energia elétrica para a empresa de bondes da capital. Além de possuírem sede na mesma cidade, as demandas de ambas as categorias, eletricitários e carris, eram semelhantes. Os registros examinados indicam que a greve em ambas as empresas eclodiu no mês de janeiro. Outras paralisações foram realizadas em fevereiro e março. Todavia, não localizamos informações sobre o período de duração de cada paralisação.

Para organização do movimento grevista dos trabalhadores de bondes da capital foi criado um jornal intitulado "Carris Urbano". O impresso teve seu primeiro exemplar veiculado em janeiro de 1950, conforme informações emitidas pelo investigador da Delegacia Especializada de Ordem Pública, Thieri João Batista de Paula:

Serviço Público do Estado de Minas Gerais
Delegacia Especializada de Ordem Pública
ORDEM DE SERVIÇO VERBAL

Apurar a procedência de boletins e jornal "Carris Urbano", que foram jogados na sede do Sindicato de Empregados em Carris Urbanos desta capital.

Senhor Dr. Delegado:

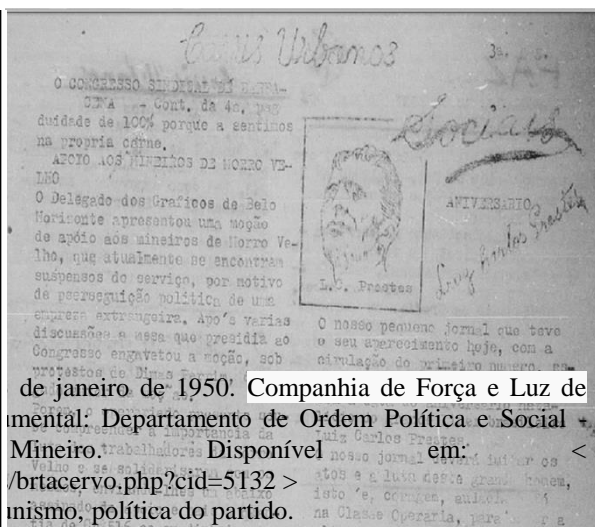
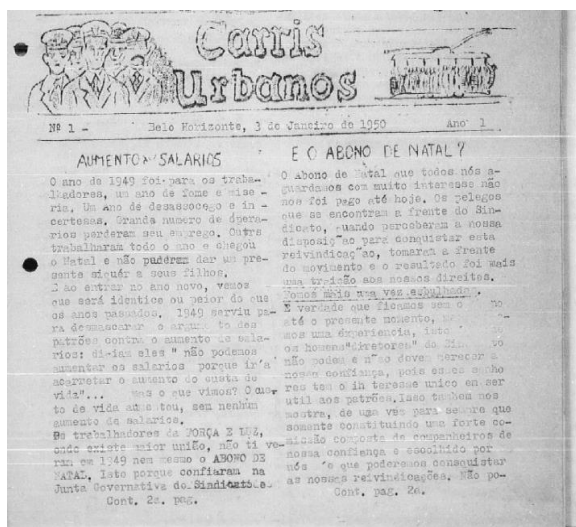
Os boletins e o jornal "Carris Urbanos", que teve seu primeiro número de 3 de janeiro, aniversários de Prestes, são de caráter subversivo, comunista, concitam à greve os funcionários do Departamento de Bondes e Ônibus, atacam o Governo Central e fomentam a greve na Estrada de Ferro Central do Brasil. Nota-se no "Carris Urbanos" o retrato de Prestes idêntico ao do recorte anexo da edição do "Jornal do Povo" impressa na gráfica de Mario Cursinho de Castro em 16-5-948. Fui informado do de que o rapaz que em janeiro distribuiu este jornal se parecia com o comunista Carlos Olavo da Cunha Pereira.

Belo Horizonte, 16 de fevereiro de 1950.

Thieri João Batista de Paula. - Inv. 205.18 (grifo nosso)

¹⁸ Pasta 5132, imagem 18. Boletim de monitoramento. Companhia de Força e Luz de Minas Gerais - infiltração comunista. Fundo documental: Departamento de Ordem Política e Social - DOPS. Arquivo Público Mineiro. Disponível em: <<http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/dops/brtacervo.php?cid=5132>>

Nesse sentido, o impresso "Carris Urbanos" surge em um período em que outras classes trabalhadoras aderem à demanda do abono de natal, e, em sua primeira edição afirma ter como finalidade orientar os trabalhadores acerca das demandas da classe: "O aparecimento de 'Carris Urbanos' dá-se em boa hora, no raiar do ano de 1950, no instante mesmo que os trabalhadores do tráfego e das oficinas mais necessitam de um órgão capaz de orientá-los."¹⁹ Os exemplares dos quais nós tivemos acesso para o desenvolvimento desta pesquisa, possuem, além do uso de palavras e expressões que são comumente utilizadas pelos comunistas,²⁰ ilustrações que retratam a figura de Luiz Carlos Prestes. A figura de Prestes é utilizada para respaldar e legitimar o trabalho realizado pelos responsáveis pela divulgação do jornal. A imagem dele foi utilizada na primeira edição, veiculada em 03 de janeiro de 1950, data do seu aniversário.



de janeiro de 1950. Companhia de Força e Luz de
Mental: Departamento de Ordem Política e Social +
Mineiro. Disponível em:
/brtacervo.php?cid=5132 >
nismo, política do partido.

Figura: 1º exemplar do jornal Carris Urbanos.

Fonte: Pasta 5132, imagem 14 e 16. Primeiro exemplar do jornal "Carris Urbanos". Belo Horizonte, 3 de janeiro de 1950. Companhia de Força e Luz de Minas Gerais - infiltração comunista. Fundo documental: Departamento de Ordem Política e Social - DOPS. Arquivo Público Mineiro. Disponível em: < <http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/dops/brtacervo.php?cid=5132> >

O jornal "Carris Urbano" foi instrumento importante para a luta pelo abono de natal entre os carris urbanos da capital, haja vista que estes eram distribuídos entre os trabalhadores tanto para instruir quanto para informar o desenrolar do movimento dos funcionários da empresa. Além disso, também informava o andamento das demais greves realizadas na capital, a exemplo dos funcionários da Força e Luz. Na greve de 1950, além do uso do impresso citado, comunistas, que atuavam como trabalhadores de bondes na capital, também distribuíram vários panfletos que, assim com era realizado entre os eletricitários da Companhia de Força e Luz, tinham a função de orientar, informar e estimular a realização de greves.

Identificamos alguns panfletos que, além de trazerem informações sobre a situação do movimento, fazem menção à forte repressão a que os funcionários dos bondes sofreram em represália as reivindicações. O texto do panfleto, que apresentamos adiante, contém informações sobre a ocorrência de agressões aos trabalhadores de bondes por soldados do exército, que não aceitavam pagar o valor das passagens. Naquele período, apenas dois soldados por bonde eram liberados do pagamento passagens. Embora o fato não tenha relação direta com o movimento grevista, a violência praticada pelos soldados, os grevistas consideraram que esta foi uma forma de pressioná-los e coagi-los, diante das paralisações dos bondes que vinham sendo realizadas. O episódio ocorreu em meio às greves pelo abono de natal em 1950.

Companheiros,

Todos nós ficamos indignados com a agressão e companheiros nossos por soldados do exército. Todos concordamos imediatamente em suspender o tráfego de bondes em sinal de protesto. Tudo estava bem claro: era nosso dever protestar contra os abusos cometidos pelos soldados. (...) de modo que há mais de uma semana repetiam-se diariamente fatos revoltantes nos bondes principalmente os das linhas que passam perto dos quartéis, pois os militares se negavam a pagar as passagens exigidas. (...) A atitude revoltante de alguns soldados indisciplinados, agredindo covardemente nossos companheiros, não reflete, de forma alguma, as tradições do PCB. Dada a brutalidade com que se deu o incidente, devemos nos solidarizar com os agredidos e tomar enérgicas providências para a punição dos culpados (...)²¹

Em meio a luta pela conquista do abono de natal o jornal "Carris Urbanos" também foi significativo para fomentar reflexões sobre as medidas tomadas pelas empresas em relação a greves. Tanto a diretoria da Companhia de Força e Luz quanto a Companhia de Bondes não eram favoráveis ao aumento de salário, nem tão pouco a concessão do abono de natal, principal demanda do movimento grevista. Diretores da Companhia de Bondes da capital divulgaram notas à imprensa ressaltando que, caso fosse concedido o aumento, as passagens sofreriam reajustes. Dessa maneira, indiretamente, os empresários colocaram a população contra o movimento. Foi uma manobra calculada.

A repercussão sobre a possibilidade de aumento das passagens causou descontentamento da população e, o "Carris Urbanos" alertou os trabalhadores a respeito da manobra que estava sendo orquestrada por ambas as empresas. O descontentamento da população fazia sentido. No começo da década de 1950 o transporte público de Belo Horizonte já contava com o uso de ônibus, todavia, ainda era comum o uso de bondes em vários bairros da cidade, tido ainda como um importante meio de transporte na capital. Sendo assim, conforme expressamos, ao divulgar a possibilidade de aumento das passagens, as empresas objetivavam colocar a população contra o movimento e forçar os trabalhadores dos bondes a retornarem a sua rotina.

Em contrapartida, cabe salientar que a adesão ao movimento grevista não foi homogêneo, houve resistências entre os trabalhadores de ambas as empresas. Alguns

²¹ Pasta 5132, imagem 154. Panfleto comunista de apoio ao movimento dos trabalhadores dos bondes da capital. 1950. Companhia de Força e Luz de Minas Gerais - infiltração comunista. Fundo documental: Departamento de Ordem Política e Social - DOPS. Arquivo Público Mineiro. Disponível em: < <http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/dops/brtacervo.php?cid=5132> >

boletins comunistas veiculados no período fazem menção ao fato de que, na constituição dos sindicatos dos trabalhadores de bondes, por exemplo, havia indivíduos atrelados ao posicionamento da empresa e, por isso declaram não serem favoráveis a realização do movimento grevista, estes receberam a alcunha de pelegos. Em virtude desse aspecto, tanto os boletins comunistas quanto o jornal "Carris" foram veículos que estimularam a criação de comissões de representação dos grevistas desvinculados às ingerências dos sindicatos oficiais. Assim, foram criadas comissões paralelas para organizar o movimento. Estas comissões despontaram no momento em que as lideranças do movimento perderam a confiança nas deliberações sindicais.

Não obstante, no decurso da pesquisa, não localizamos registros que comprovem que o sindicato era constituído por indivíduos atrelados a empresa, ou seja, por pelegos de fato. Localizamos alguns exemplares de boletins elaborados pelos trabalhadores que eram ligados ao PCB e que participavam diretamente das greves. Todavia, a formação dessas comissões independentes foi essencial para organizar e mobilizar os trabalhadores. Comissões que detinham pecebistas que participaram ativamente tanto da realização das greves nos meses de janeiro, fevereiro e março, quanto na elaboração do jornal "Carris Urbanos" e dos boletins que foram distribuídos entre os trabalhadores de ambas as empresas.

Muito embora as greves não tenham sido almejadas apenas pelos indivíduos ligados ao PCB mineiro, mas também por todos os trabalhadores interessados no reajuste de salário e no abono de natal, através da análise das fontes podemos afirmar que a participação dos comunistas foi essencial para que o movimento fosse fortalecido. O uso de recursos mencionados, como os impressos e os boletins, possibilitaram o intercâmbio de informações. Além disso, a influência na constituição das comissões e na organização do movimento grevista paralela aos sindicatos cumpriu as diretrizes estabelecidas pelo partido em seu intento de ampliar as áreas de extensão, participar e estimular ações entre as diversas classes trabalhadoras. Por fim, os comunistas concederam relevante contribuição para a transformação do contexto reivindicatório dos trabalhadores de ambas as empresas.

Os registros não nos permitem precisar se os trabalhadores da Companhia de Força e Luz e da Carris Urbanos obtiveram êxito em sua reivindicação pelo abono. Apenas podemos afirmar que as ações em prol da luta por este benefício prosseguiram no decurso do ano. Não obstante, ao apresentar os casos de greves dos trabalhadores de ambas as empresas não objetivamos concentrar nossas análises no êxito ou no fracasso do movimento. Muito pelo contrário, o nosso propósito consistiu na apresentação de algumas das táticas utilizadas pelos comunistas para integrarem ao movimento e articularem junto às categorias de trabalhadores. Dos quais, fizemos menção à integração das demandas dos trabalhadores como causa dos pecebistas e o uso de boletins e jornais para orientar e informar sobre os rumos do movimento.

De igual maneira, através do estudo deste caso demonstramos que ao contrário do que afirma a historiografia tradicional os comunistas mantiveram o processo de articulação junto às classes trabalhadoras urbanas, muito embora estivessem na ilegalidade política e sob o constante monitoramento dos órgãos de repressão. Ademais, demonstramos com este estudo de caso que, é criterioso levar em consideração as particularidades das ações do partido em suas várias localidades de atuação e não somente expor conclusões generalizadas de comportamento para âmbito nacional. No início dos anos de 1950 as orientações expressas pelos dirigentes nacionais eram para evitar a realização de greves e manifestações. Todavia, o exemplo apresentado comprova que elementos comunistas prosseguiram suas ações de militância e infiltração entre as classes trabalhadoras, bem como na influência a transformação dos segmentos dos quais desenvolve a sua interação.

Fontes

Pasta 5132, imagem 13. Companhia de Força e Luz de Minas Gerais - infiltração comunista. Fundo documental: Departamento de Ordem Política e Social - DOPS. Arquivo Público Mineiro. Disponível em: <
<http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/dops/brtacervo.php?cid=5132> >
Pasta 5132, imagens 130 e 131. Companhia de Força e Luz de Minas Gerais - infiltração comunista. Fundo documental: Departamento de Ordem Política e Social -

DOPS. Arquivo Público Mineiro. Disponível em: <
<http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/dops/brtacervo.php?cid=5132> >
Pasta 5132, imagem 18. Boletim de monitoramento. Companhia de Força e Luz de Minas Gerais - infiltração comunista. Fundo documental: Departamento de Ordem Política e Social - DOPS. Arquivo Público Mineiro. Disponível em: <
<http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/dops/brtacervo.php?cid=5132> >
Pasta 5132, imagem 14. Jornal Carris Urbano, 3 de janeiro de 1950. Companhia de Força e Luz de Minas Gerais - infiltração comunista. Fundo documental: Departamento de Ordem Política e Social - DOPS. Arquivo Público Mineiro. Disponível em: <
<http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/dops/brtacervo.php?cid=5132> >
Pasta 5132, imagem 154. Panfleto comunista de apoio ao movimento dos trabalhadores dos bondes da capital. 1950. Companhia de Força e Luz de Minas Gerais - infiltração comunista. Fundo documental: Departamento de Ordem Política e Social - DOPS. Arquivo Público Mineiro. Disponível em: <
<http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/dops/brtacervo.php?cid=5132> >

Referências Bibliográficas

BRASIL, Governo Federal. *Decreto Lei nº 9.070*. Disponível em: <
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del9070.htm > acesso em abril de 2015.

BRASIL, Governo Federal. *LEI Nº 974, DE 17 DE DEZEMBRO DE 1949*. Concede abono de natal aos servidores da União. Disponível em: <
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1930-1949/L0974.htm > acesso em janeiro de 2015.

BUONICORE, *Augusto César*. *Sindicalismo vermelho: a política sindical do PCB entre 1948 a 1952*. Dissertação (mestrado). Departamento de Ciência Política do IFCH-UNICAMP. São Paulo: 1996.

SANTANA, Marco Aurélio. *Homens partidos: comunistas e sindicatos no Brasil*. São Paulo: 2001.

THOMPSON, E. P. *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. orgs LUIGI, A.; SILVA, S. São Paulo: UNICAMP, 2001.



WEFFORT, Francisco. *O populismo na política brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980. (Estudos Brasileiros)

WEFFORT, Francisco. *Origens do sindicalismo populista no Brasil*. Comunicação apresentada ao Seminário sobre 'Movimentos Laboraes en América Latina. México, 1972.